

SEMINÁRIO REALIZADO EM 22 DE JUNHO DE 2007

(PLANO DIRETOR DECENAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO)

Presidência dos Senhores Vereadores Dr. Jairinho, Presidente da Comissão Especial e Cristiane Brasil, a convite.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos, no Plenário Teotônio Villela, sob a Presidência do Senhor Vereador Dr. Jairinho, tem início o Seminário da Comissão Especial do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, sobre temas “Turismo e Trabalho”, conforme Processo Câmara Municipal do Rio de Janeiro nº 3.469/2007.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Dou por aberto o Seminário do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, sobre os Temas “Turismo e Trabalho”, conforme o Processo Câmara Municipal do Rio de Janeiro nº 3.469/07.

A Comissão Especial do Plano Diretor Decenal é composto pelos seguintes vereadores: Exmo. Sr. Vereador Dr. Jairinho, Presidente; Exmo. Sr. Vereador Luiz Antonio Guaraná, Vice-Presidente; Exmo. Sr. Vereador Jorge Felipe, Relator; Exma. Sra. Vereadora Lucinha; Exmo. Vereador Chiquinho Brazão; Exmo. Sr. Vereador Nadinho de Rio das Pedras; Exma. Sra. Vereadora Aspásia Camargo; Exmo. Sr. Vereador Jorge Pereira; Exmo. Sr. Vereador Jerominho.

A Mesa está assim constituída: Exmo. Sr. Presidente Dr. Jairinho; Exma. Sra. Vereadora Cristiane Brasil; Exmo. Sr. Secretário Municipal de Turismo, Rubem Medina e Sr. Paulo Bastos, Subsecretário Especial de Turismo.

Faremos uma exposição, a respeito do turismo dentro do nosso Plano Diretor da Cidade para orientar o nosso grupo técnico de apoio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E, de antemão, agradecer sua contribuição. Quero agradecer também a presença do subsecretário e tenho certeza de que serão muito proveitosas as exposições que irão contribuir para a melhor elaboração do nosso Plano Diretor.

Quero passar a palavra ao Secretário Rubem Medina e, em seguida, ao Subsecretário Paulo Bastos.

O SR. RUBEM MEDINA – Obrigado. Boa tarde a todos os vereadores. É uma grande honra estar aqui nesta Casa. É um grande prazer estar aqui nesse parlamento da minha cidade, que representei durante tanto tempo no Congresso Nacional. Durante nove mandatos consecutivos, estivemos representando o Rio de Janeiro, em Brasília. E, hoje, para honra minha estou representando o turismo da minha cidade.

Acho que estamos desenvolvendo nesse setor uma atividade bastante interessante. O Rio de Janeiro continua sendo a porta de entrada do turismo brasileiro. 36% do turismo desse país passa pela Cidade do Rio de Janeiro. E o turismo, como todos sabemos é a atividade que mais cresce, que mais fatura no mundo, que mais emprega no mundo e, realmente é uma coisa fundamental para a nossa cidade. Nossa cidade é absolutamente vocacionada ao turismo. Da mesma forma que as pessoas são vocacionadas para alguma coisa, como para a

atividade política, a Cidade do Rio de Janeiro é uma cidade vocacionada para a atividade turística. Hoje estamos aqui para falar sobre o Plano Diretor e a Política Urbana e Turismo. Vou pedir ao meu subsecretário Dr. Paulo Bastos que faça uma exposição sobre esses assuntos, que evidentemente estão absolutamente entrelaçados e interligados à política urbana e às atividades turísticas. Nós já estamos desenvolvendo centenas de trabalhos no âmbito da nossa Secretaria, com resultados absolutamente fantásticos para a Cidade do Rio de Janeiro. Com todos os problemas, com todas as mazelas, a cidade tem feito o turismo crescer a cada ano, com níveis fantásticos de crescimento. E esse ano vamos ter um grande momento na Cidade do Rio de Janeiro com os Jogos Pan-Americanos, com todos os equipamentos que estamos inaugurando na cidade, eu não tenho dúvida que a nossa cidade vai estar absolutamente preparada para ser a grande cidade que atrairá grandes eventos internacionais, grandes competições esportivas. Estamos preparando a cidade para um salto, em termos de qualidade, em matéria turística, com tudo que esta cidade está ganhando de novo em equipamentos, não só para atividade esportiva como para atividade turística como um todo.

Vou passar a palavra, se me permite o Presidente, para o meu subsecretário Paulo Bastos, agradecendo mais uma vez, Vereador, o convite para estar aqui. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JAIRINHO) – Obrigado, Secretário. Com a palavra, o Subsecretário, Sr. Paulo Bastos.

O SR. SUBSECRETÁRIO PAULO BASTOS – Vereador, obrigado; Secretário; senhoras e senhores; colegas da Prefeitura. Vou fazer uma rápida apresentação do conteúdo do Projeto de Lei do Plano Diretor que está sendo examinado na Câmara na forma de um Substitutivo, a parte relativa ao turismo e que foi preparada pela equipe técnica da Secretaria de Turismo junto com a equipe da Prefeitura, principalmente o pessoal da Secretaria de Urbanismo, que está envolvida na elaboração do Plano.

Vamos ter aqui um trabalho interessante, porque vou fazer uma apresentação, vou falar sobre essa apresentação, mas não vou vê-la, porque ela está ali num lugar onde não estou vendo. Então, vou contar com Dayse, que está ali pilotando o computador, espero que consigamos fazer uma telepatia para dar tudo certo.

Imagino a essa altura que estamos com a tela de abertura. Certo, Dayse? Ok.

Nosso tema não é o turismo da cidade de uma maneira geral. Sobre isso nós poderíamos falar sobre muita coisa, envolvendo promoção, divulgação, treinamento, qualificação, estratégia de *marketing*. Esse não é o nosso objetivo hoje. Nosso objetivo é falar sobre o uso das ferramentas do Plano Diretor como instrumento para o desenvolvimento do turismo.

Então, preliminarmente, como estava dizendo, o foco da proposta está nos instrumentos de política urbana. O que são os instrumentos de política urbana? Estão definidos no Plano Diretor: regulação urbanística, que consiste nas políticas de parcelamento e licenciamento; ferramentas de gestão, que estão relacionadas em geral com concessões, desapropriações ou outorgas de direito,

esses novos instrumentos que foram definidos pelo Estatuto da Cidade; tombamento e reconversão de uso de imóveis que tenham importância histórica e cultural; incentivos fiscais e obras públicas. Esses são os principais instrumentos de política urbana, definidos no Plano Diretor e que vamos avaliar aqui. O planejamento setorial, como eu estava falando, também é muito importante, que trabalho fazer especificamente na área de turismo. E, para isso, a Prefeitura preparou um plano de desenvolvimento do turismo chamado Plano Rio Mais, que está à disposição dos interessados. Mas a nossa mira hoje aqui, nosso foco vai estar nos instrumentos de política urbana, que são muito importantes para o desenvolvimento do turismo.

Bom, o Plano Diretor define diversas áreas de interesse: área de interesse social, área especial de interesse urbanístico, área de interesse ambiental, área de proteção ambiental. E foi definida também essa área de interesse turístico, que são perímetros da cidade, pedaços da cidade, onde deve haver um foco mais intensivo de preocupação em função do potencial que têm para o turismo. As áreas de especial interesse estão definidas como aquelas em que o município deverá estabelecer normas e controles especiais, visando a proteção e valorização do seu patrimônio turístico, por meio de investimentos, incentivos e regulamentação de uso. Esse artigo é o que se refere ao Substitutivo que está em exame na Câmara. Essa política de trabalhar com áreas de especial interesse já está sendo implementada, o que pode ser visto na ação que a Prefeitura tem desenvolvido nos pólos multiplicadores distribuídos em toda a cidade através dessas ações que estão listadas aí, construir novos equipamentos de cultura, esporte, entretenimento e turismo; conceder o uso de equipamentos para investimento privado, favorecer os pequenos negócios do entorno desses equipamentos e qualificar as pessoas para trabalhar melhor.

Portanto, área de especial interesse turístico, embora não estejam ainda delimitadas, definidas, decretadas formalmente, já têm sido utilizadas como ferramenta de trabalho da Prefeitura nos últimos anos. E agora sugiro que a gente reveja rapidamente área por área da cidade, quais são essas áreas de especial interesse e quais são as ações que estão sendo desenvolvidas em cada uma delas. Começando pelo centro histórico, ali nós fizemos a reconstrução e a concessão do Circo Voador, na Lapa; revitizamos a Rua do Lavradio, que hoje é um pólo muito importante de atração de visitas, de turistas e de cariocas mesmo. Estamos fazendo a reforma completa da antiga Sé, que é a antiga Catedral do Rio de Janeiro, na Rua Primeiro de Março, que vai ser inaugurada em março de 2008, no contexto das comemorações de 200 anos da chegada da Família Real. Revitalizamos a Praça Tiradentes, está em curso ainda. Teatros foram recuperados, foram construídos novos centros culturais, temos dois hotéis inaugurados recentemente na Praça Tiradentes e continua o investimento lá dentro do Programa Monumento. Temos pólos turísticos culturais e gastronômicos estabelecidos naquela área do Centro, notadamente aqui o pólo Novo Rio Antigo, que pega Lapa, Cinelândia e Lavradio; o pólo da Praça XV e o pólo de Santa Teresa, que é um dos mais antigos. E há um instrumento importante de política urbana, que favorece o desenvolvimento desses pólos, que é a integração no sistema de transporte.

Então, essa política de integração de transporte, Metrô e ônibus, permitiu que hoje tenha uma acessibilidade muito mais fácil para quem chega, por exemplo, a

Santa Teresa, através da integração Metrô-Santa Teresa. Portanto, nós não estamos falando de ações de Secretaria de Turismo. Não é isso. Estamos falando de ações de política urbana, que têm repercussão sobre o turismo e que envolvem a iniciativa de diversas Secretarias num sistema matricial, que é como nós costumamos trabalhar aqui na Prefeitura do Rio.

Passando para a Zona Central, ali foram feitos investimentos também muito importantes, que potencializam o turismo, como a construção da Cidade do Samba; a construção e a concessão do novo centro de convenções, o Rio Cidade Nova, que inaugura agora no final do mês; a revitalização da Marina da Glória; a revitalização da área portuária, com a reconversão de uso de armazéns, a construção da nova estação de passageiros, que deve começar no ano que vem, a construção do AquaRio, que é o aquário oceânico, que a cidade deve construir em regime de concessão. Tudo isso é feito em regime de concessão. E também foi feita uma política de integração, na área de política de transportes, integração Metrô-Rodoviária, que foi muito importante para facilitar a vida, tanto do sujeito que chega de ônibus para visitar o Rio como do próprio carioca que demanda a Rodoviária Novo Rio e agora pode ir ao Metrô, fazendo uma integração confortável e barata na Estação do Estácio.

Na Zona Sul, podemos citar também como instrumentos de política urbana que favoreceram o turismo, a concessão dos quiosques da orla oceânica que, depois de um longo período de discussão, resultaram numa belíssima instalação de gastronomia, entretenimento, cultura e lazer; mudou a cara do calçadão de Copacabana e vai mudar também o de Ipanema. A revitalização do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, onde se prepara também uma nova concessão para renovar os equipamentos de cultura, lazer e gastronomia instalados ali. O fortalecimento dos pólos culturais e gastronômicos do Leblon, da Praça General Osório, do quadrilátero do Charme, em Ipanema, na altura da Rua Maria Quitéria, e o pólo de Botafogo. A revitalização do Jardim de Alah, que ainda não chegou no ponto que devia, mas que faz parte dessa política. A dinamização da rede municipal de teatros e centros culturais. A integração do sistema de transporte, permitindo que vá de Metrô até o Leblon e a Gávea. Vão ver que, em cada uma dessas transparências, tem a revitalização do sistema de transportes como um elemento importante de acessibilidade do turista e do carioca, também, a esses equipamentos.

Um parêntese rápido, aqui, para não ficar muito chato. Quando a gente fala de turismo, o nosso foco não é o turista, o foco da política de turismo é o “turioca”. Para quem não sabe, o turioca é uma mistura de turista com carioca. Ou seja, consomem os equipamentos, beneficiam-se dos equipamentos de turismo, usam esses serviços não apenas os visitantes da cidade, mas principalmente o carioca, que consome cultura, gastronomia, lazer, entretenimento. Em qualquer equipamento turístico que você chegar no Rio de Janeiro, vai no Rio Cenário, por exemplo, ou vai no Bondinho do Corcovado, provavelmente, a maioria das pessoas que você vai encontrar lá são moradores do Rio de Janeiro. Vai no Circo Voador, que é um importante equipamento turístico, mas essencialmente atende ao carioca.

Poucas cidades do mundo se dão ao luxo de manter equipamentos comerciais, restaurantes, bares, cinemas, de ter um equipamento de interesse turístico que vive só de turistas. Em geral, quem garante o maior nível de atividade, o maior

volume de consumo, a maior frequência, e, portanto, o equilíbrio econômico dos negócios é o próprio morador da cidade. E, no caso do Rio de Janeiro, isso é muito claro para nós. Essa política é voltada para essa figura estranha, o “turioca!”, que é pouco turista e principalmente carioca.

Na zona norte, o maior investimento que estamos fazendo, que valoriza, do ponto de vista da cultura, do lazer, entretenimento, e, portanto, do turismo é a construção do Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro, que não só representa um equipamento que atrai eventos, competições, visitantes etc. como também está propiciando uma intensa renovação no entorno. A Secretaria de Urbanismo fez uma nova legislação e está funcionando muito bem. Isso é uma coisa que acontece ao longo dos anos, mas com a nova legislação e a renovação dos imóveis, etc., está havendo um processo de revitalização do bairro do Engenho de Dentro, em função da construção do estádio. A revitalização do Aeroporto Internacional Tom Jobim, em função da melhor distribuição dos vôos entre os dois aeroportos; a instalação e fortalecimento do pólo gastronômico e cultural da Tijuca; a construção do Centro de Tradições Nordestinas Luiz Gonzaga, na Feira de São Cristóvão, que, hoje, - pasmem!, é o lugar da cidade que mais recebe gente, nesse conceito de entretenimento, lazer e cultura. Não é o Rio Sul, não é o Corcovado, não é o Pão de Açúcar. Onde mais vai gente se divertir, hoje, e turista visitar, no Rio de Janeiro, é no Centro de Tradições Nordestinas. Temos um grande orgulho desse trabalho que foi feito e que, também, está ajudando a revitalizar a área do entorno.

A construção do Centro Coreográfico, que nos coloca novamente no roteiro das grandes companhias de teatro e dança, principalmente nessa etapa de ensaios e treinamentos. E, na área de transportes, temos uma integração do metrô com Grajaú, Del Castilho e Fundão, que também favorece a movimentação das pessoas à visita a esses pontos de atração. Na área de Jacarepaguá, concessão e modernização do RioCentro, construção da Arena Multiuso, que é um equipamento fantástico para o turismo. O Rio de Janeiro, há muitos anos, desejava ter uma arena. Eu, mesmo, já recebi dezenas e dezenas de pessoas, arquitetos, empresários e incorporadores, com vontade de fazer essa arena e nunca dava certo. Agora, finalmente, temos nossa arena multiuso na área do parque do Autódromo, na Cidade dos Esportes, como se chama. Ali do lado, também, a construção do Parque Aquático, Maria Lenk, que inaugura agora, no dia 6 de julho, e que é um parque aquático moderno e que nos permitirá atrair diversas competições de natação, de pólo aquático, de mergulho, de salto ornamental. Tudo isso representa evento, representa visita, representa turismo.

A construção da Cidade da Música Roberto Marinho, que deve estar pronta no final de 2008, e que nos coloca nos grandes circuitos dos espetáculos musicais. A urbanização de toda a orla da Barra da Tijuca e Recreio, até a Praia da Macumba.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) - Secretário, desculpa interromper o senhor, para agradecer a presença do Secretário Municipal do Trabalho e Emprego, Vereador Wanderley Mariz.

O SR. SECRETÁRIO PAULO BASTOS - E, na área de integração do sistema de transporte, o novo corredor expresso Penha-Barra. Está em licitação, no momento, e deve ser implantado no ano que vem, se tudo correr bem.

Na zona oeste - dizem que na zona oeste não tem turismo -, construímos a Cidade das Crianças; estamos implantando o Planetário da zona oeste, aproveitando um equipamento que estava na Gávea; a construção do parque de vizinhança; a revitalização do Centro e Esportivo Miécimo da Silva; implantação do Parque Municipal do Mendanha, com infra-estrutura para ecoturismo; urbanização da orla de Sepetiba e de Guaratiba, e facilitação de acesso com a duplicação da Avenida Brasil. Tudo isso tem repercussão na área de cultura, entretenimento e lazer e, conseqüentemente, no turismo.

Em toda a cidade, agora sem uma destinação regional específica, os grandes festivais que realizamos todo ano - o carnaval e o reveillon -, trazendo milhões de visitantes; promoção de eventos que mantêm o Rio na rede de cidades globais - agora mesmo, vamos fazer, no dia 7 de julho, o grande festival Life Earth, com show de Lenny Kravitz, com show do Rolling Stones. Tudo isso é importante porque traz visitantes; mas, mais do que nada, mantém o Rio como parte integrante do circuito das cidades globais. Isso tem uma importância muito grande na nossa política de marketing, de captação de visitantes.

Temos feito um esforço muito grande, também, na promoção do empreendedorismo: iniciativa de jovens empresários para criar novos produtos turísticos; agora mesmo, estamos apoiando incubadoras universitárias, onde jovens empresários vão desenvolver os seus produtos especificamente para o turismo; e inclusão social através do turismo: educação de jovens e adultos; tem o programa Trilha Jovem, do qual participamos; tem uma linha de ação para pessoas com deficiência. Tudo isso ocorre na cidade toda e faz parte de nossa política de turismo.

Para não deixar de falar do marketing junto aos mercados emissores, continuamos com esforço concentrado na captação de feiras, congressos e convenções; promovemos o destino turístico Rio de Janeiro, no Brasil e no exterior, através dessa folheteria, divulgação e eventos; promovemos encontros de negócios envolvendo empresários do setor turístico; trabalhamos juntos as empresas transportadoras e às autoridades brasileiras para ampliar o número de vôos para o Rio de Janeiro, porque hoje um dos maiores problemas que temos para aumentar o número de visitantes é conseguir lugar no avião, porque o Rio de Janeiro está lotado a oferta de assentos diminuiu, em função da crise da Varig e do remanejamento de mercado que se seguiu; essa oferta de assentos é insuficiente, principalmente no momento de pico, para atender a demanda de turismo para o Rio de Janeiro.

Em resumo, vou agora citar os itens que estão indicados no Art. 192 e no Art. 193 do Substitutivo que está em discussão na Câmara, como objetivos e diretrizes da política de turismo:

Somar esforços com o setor privado e promover a atividade turística, abrindo novas oportunidades, porque a Prefeitura, o Poder Público tem um importante papel na infra-estrutura, mas turismo é essencialmente um negócio privado;

Monitorar e valorizar o patrimônio turístico de nossa cidade, administrando a conversão de uso dos imóveis, sem provocar um excessivo impacto de vizinhança;

Compatibilizar a atividade turística com a proteção ao meio ambiente; projetos de ecoturismo com a Secretaria de Meio-Ambiente, apoiados pelos planos de manejo de cada parque. Não podemos fazer ecoturismo numa unidade de conservação sem antes definir bem o plano de manejo dessa unidade de conservação;

Apoiar a expansão e diversificação do parque hoteleiro, principalmente em direção à Barra da Tijuca e Jacarepaguá;

Qualificar e expandir a infra-estrutura turística, com treinamento do pessoal que trabalha na área de transportes etc.;

Qualificar e valorizar a força de trabalho do turismo, que é um programa de qualificação chamado Rio Hospitaleiro - já chegamos a cinco mil profissionais que passaram por esse curso, que é um curso de hospitalidade - e estamos começando agora com um programa de certificação, que é um capítulo a parte. Há também uma prioridade definida na revitalização do Porto do Rio; em relação a isso, já fizemos a construção da Cidade do Samba e a Vila Olímpica da Gamboa, e temos o plano de começar a executar nos próximos meses, a obra da estação de passageiros de navios de cruzeiros, porque é um gargalo que temos ainda, e construir o Aquário Marinho.

Agora, surgiu um novo projeto: a Cidade do Cinema, que vai ser construída naquela área sempre por concessão privada, porque esses são equipamentos que devem-se manter, devem ser capazes de, mesmo contando com o apoio inicial da Prefeitura, do poder público na área de investimento, devem-se manter. O custeio sempre deve ser coberto pela receita operacional desses equipamentos, se não geram uma receita operacional para se manter, não estão funcionando bem como equipamentos turístico.

Incentivar atividades compatíveis com a proteção do patrimônio cultural e paisagístico nas áreas turísticas, ecoturismo, roteiros de visitação a pé no centro histórico e etc. Em resumo, com o Plano Diretor e o Rio pretende, na área de turismo, defender e valorizar seu patrimônio turístico pela enorme importância que tem para os cariocas; implantar e potencializar uma infra-estrutura de cultura e esportes e entretenimento que reforce nossa posição como destino turístico global e doméstico; facilitar a reconvenção de áreas e de imóveis individuais para o benefício da cidade; estimular o empreendedorismo e a inclusão social pela porta de entrada do turismo.

Muito obrigado.

Agradecemos a atenção.

Qualquer crítica ou sugestão pode ser encaminhado para esse e-mail, setur@rio.rj.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) - Passo a palavra à Vereadora Cristiane Brasil.

A SRA. CRISTIANE BRASIL - Boa-tarde, Sr. Presidente, componentes da Mesa. Gostaria de dizer ao nosso Subsecretário Paulo que podíamos fazer uma troca. Tendo em vista que a política de turismo da Secretaria é uma e o que está aqui no Plano Diretor é outra coisa completamente diferente, mas, no fundo, os conceitos são parecidos. Gostaria de sugerir que modificássemos o conteúdo do Plano Diretor, e fizéssemos de acordo com o que pensa a Secretaria de Turismo.

Acho que tem mais a ver com o que você vem trabalhando ao longo de anos, à frente da Secretaria. Ou seja, proteger os monumentos, defender o patrimônio cultural, turístico do Rio de Janeiro é a meta número um! Estamos vendo nossos principais pontos turísticos abandonados por falta de fiscalização do Poder Público, muitas vezes, por uma infeliz questão de conflito de competência. Estávamos falando outro dia sobre isso. Não é que o estado invada competências do Município, que os órgãos que deveriam estar cuidando do Cristo devam ser do Município, do Estado ou do Governo Federal, mas cada deve saber o que fazer, mas não faz. Vemos o Cristo Redentor com a possibilidade de ser a 7ª Maravilha do Mundo, virando uma grande favela daqui a dez anos Ou menos! Defender nossos pontos turísticos têm que estar aqui, na Seção III, Diretrizes. Sugiro que se refaça esse trabalho, Paulo, em consonância com do que está sendo feito na Secretaria, para que esse discurso não seja apenas da Secretaria de Urbanismo, mas da Prefeitura, da cidade como um todo. Tenho certeza de que não houve comunicação entre quem fez o plano e vocês. Mas dá tempo de corrigimos isso, nunca é tarde. O momento das emendas é agora. Praticamente, estou pedindo ao nosso querido Secretário, a você, que é um homem que está à frente dessa luta toda. Vamos mudar isso! Vamos mudar esses objetivos, essas diretrizes, vamos reescrever isso de acordo com o que vocês vem fazendo com sucesso, com brilhantismo na Secretaria.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) - Com a palavra, o Sr. Subsecretário Especial de Turismo, Paulo Bastos.

O SR. SUBSECRETÁRIO PAULO BASTOS – Obrigado, Vereadora!

Sei que a senhora acompanha com atenção esse trabalho, já fomos inclusive colegas de administração e participamos daquelas reuniões no Planetário. Sempre trocamos idéias e informações.

Eu procurei fazer uma apresentação, organizando segundo a orientação que o Secretário Medina me passou, resumindo quais são os objetivos e diretrizes da política de turismo que estão listados nos Artigos 192 e 193 da proposta, encaminhada sob a forma de substitutivo, e fazer um relato de coisas que a Prefeitura já faz para atender e atingir esses objetivos.

Então, procurei fazer uma compatibilização entre a ação de curto prazo, as intervenções que, muitas vezes, se perdem no dia-a-dia do noticiário, pois não percebemos como são importantes para o Turismo. É importante compatibilizar essas ações de curto prazo com aquelas diretrizes de longo prazo que são definidas no Plano Diretor. Definição essa, se a Vereadora me permite dizer, eu participei intensamente. Sou funcionário da Prefeitura há muitos anos, Já trabalhei no urbanismo, conheço o pessoal de lá. Estou aqui para receber um ou outro elogio que tiver, mas principalmente as críticas, porque eu me considero co-autor – eu e a equipe da Secretaria de Turismo trabalhamos nisso – da proposta que aqui está apresentada para a Câmara.

(Assume a Presidência a Sra. Vereadora Cristiane Brasil, a convite)

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – Assim sendo, podemos realmente compatibilizar um pouco mais. O que você apresentou hoje, Paulo, foi muito mais da experiência do cotidiano da Secretaria, do que vocês vivem dentro do Rio de Janeiro, do que está aqui explícito.

Essa é uma questão só de melhorar a redação e, enfim, trazer suas experiências para o Plano Diretor. Podemos até desenvolver alguns projetos de lei que possam regulamentar a forma de ação da Prefeitura que pode ser mais incisiva na defesa, por exemplo, do patrimônio turístico. Enfim, acho que o canal é esse. A idéia é abrir esse canal, e vocês usarem também essa possibilidade. Por isso fazemos questão da presença dos secretários e dos subsecretários aqui. O mais interessante, definidas as políticas mais importantes, é que elas se desdobrem em legislação, em ações, enfim, em planejamentos da Secretaria. Que isso dê continuidade a um processo que seja importante para a Cidade, cujas atividades turísticas são conhecidas no mundo inteiro. Afinal, esta Cidade é a porta de entrada para o Brasil, no que diz respeito ao turismo internacional e é importante para o turismo nacional também.

Enfim, gostaria de saber se mais alguém quer falar alguma coisa? O microfone está à disposição.

O SR. JOSUÉ – Vereadora, Cristiane Brasil, Vereador Dr. Jairinho, subsecretário...

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – Por favor, identifique-se ao microfone...

O SR. JOSUÉ – Meu nome é Josué, sou Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e estamos num trabalho de assessoria junto à Câmara. Gostaria de fazer algumas colocações, mas não sou da área de turismo, portanto, se cometer algum deslize espero que me perdoem pela ignorância sobre o tema. Eu tive a oportunidade de trabalhar, recentemente, no gerenciamento de um projeto de desenvolvimento socioeconômico junto ao Governo Federal, que incluía o setor de turismo. Enfim, com esse contato mais próximo, e agora vendo o Plano Diretor, gostaria de fazer algumas colocações.

O Governo Federal, recentemente, implantou uma abordagem no setor turístico que, é muito interessante, e incluía, praticamente, desconsidera as fronteiras político-administrativas em favor da criação de projetos de roteiros de turismo, definido espaços turísticos no território nacional, independente das fronteiras do Município. Claro que não compete a nós esse tipo de abordagem, mas pelo porte do Município do Rio de Janeiro, e da sua importância no cenário de turismo, eu gostaria de perguntar se a Secretaria não vê como uma boa diretriz o estabelecimento de roteiros, intermunicipais e municipais, como uma forma de facilitar a divulgação do potencial turístico do Município e também do Estado.

Então, essa é uma das colocações que caberia até como uma reflexão para o Plano Diretor, como uma diretriz de abordagem.

A segunda questão diz respeito ao acesso e à divulgação de informações a respeito de turismo, embora não se possa fazer um rebatimento exclusivamente sobre o espaço urbano. Eu entendo que o acesso à informação, de forma

ordenada, facilitaria o deslocamento para outros pontos turísticos, e não só para aqueles tradicionais do Município.

Quero informar que a Universidade desenvolveu um protótipo, com base em um mapeamento georeferenciado, onde se pode lançar roteiros de turismo. Todo potencial turístico naquele roteiro é definido com uma visualização muito simples, com acesso por computador, sem nenhum problema. Isso poderia estimular o interesse em conhecer outras regiões do nosso Município que, hoje, ficam esquecidas e que poderiam se beneficiar, através de um maior desenvolvimento do trabalho e do potencial econômico da região. De forma que a minha sugestão é que seja incentivado um sistema de informações que estimule o deslocamento para os pontos não tradicionais do turismo.

Por fim, eu não tenho preocupação para ser porta-voz de sugestões, mas como estivemos presentes em audiências públicas, cabendo-nos agora assistir a da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ouvimos muitas reclamações com relação ao excesso de programação de eventos na orla da Zona Sul. Isso não é um pleito, eu estou apenas lembrando o que ouvimos repetidas vezes. Eu me pergunto se não seria o caso de estimular – já que a Prefeitura vem atuando em espaços físicos propícios ao turismo, programações também desconcentradas da orla da Zona Sul, principalmente. Foi dessa região que ouvimos mais queixas em relação aos transtornos que causam aos moradores locais, independentemente do sucesso dos eventos que são inegáveis.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – Com a palavra, o Sr. Subsecretário Paulo Bastos.

O SR. SUBSECRETÁRIO PAULO BASTOS – Muito obrigado pelas questões. Tenho uma ou outra coisa para falar sobre cada uma delas. Sobre o assunto dos roteiros intermunicipais, o Ministério, em 2003, trouxe uma proposta que se chamava Regionalização do Turismo, de maneira que cada Estado ia desenvolver um determinado número de circuitos em regiões e definir circuitos prioritários para os quais, inclusive, o Ministério se dispunha a alocar recursos do seu orçamento, em regime de contrapartida.

Nós participamos dessas discussões. Nossa região, no Estado, é metropolitana, então, ficou basicamente Rio e Niterói; os outros municípios da região metropolitana não tinham ainda uma postura mais assertiva em relação ao turismo – uma outra iniciativa. Mas entre Rio e Niterói, chegamos ao consenso de que o nosso produto regional é a Baía de Guanabara, é o turismo náutico no interior da Baía de Guanabara.

Definimos um programa de investimentos que depende de infra-estrutura, principalmente através da construção de atracadouros e pequenos piers. Atracadouros que permitam que a escuna, que faz o passeio da Baía de Guanabara, pare, porque a Baía atrai visitantes. Há operadores que fazem os passeios. Você pode pegar uma escuna, uma lancha e fazer um passeio pela Baía, mas não é muito atraente porque não tem como parar. Como não tem também como mergulhar, então, o turista fica dentro do barco tirando fotografias, ou seja, não vende muito como produto turístico.

Então, bolamos um sistema – pequenos investimentos em flutuantes – que pudesse favorecer uma parada no Museu Naval, no Museu de Arte Contemporânea, em Niterói; no Centro Cultural da Marinha, na Fortaleza de Santa Cruz, que fica em Niterói. A maioria dos investimentos, inclusive, era em Niterói, mas para nós seria ótimo, porque isso significaria que o turista poderia ficar mais um dia no Rio, porque teria um motivo para ficar mais um dia.

Preparamos esse projeto e o mandamos para Brasília. Custava um milhão e meio ou dois de reais entre o projeto e obra, mas ele não foi incluído no orçamento do ano passado, infelizmente. Agora, levamos o assunto à Ministra, e esperamos que a nova Ministra do Turismo consiga encontrar o espaço orçamentário para ele ser executado no ano que vem. Portanto, estamos, sim, empenhados num programa de regionalização, de criação de roteiros, e o nosso foco, a nossa prioridade foi essa: uma parceria com o Município de Niterói.

Em relação ao sistema de informações, nunca é suficiente – nós investimos nisso muito nos últimos tempos. Temos um novo site, que é bem melhor do que o anterior, ainda pode ser melhorado, pode receber essa contribuição de geoprocessamento, de processamento gráfico que é – anotei aqui – um protótipo da UERJ. Depois, espero trocar um cartãozinho para nos encontrarmos e falarmos sobre isso.

Dentro dessa idéia de se tirar o foco das coisas óbvias – Pão de Açúcar, Corcovado, Cristo -, temos uma ação modesta, mas muito bem-sucedida, voltada para os guias, porque quem explica a cidade para o turista é o guia, então, temos um programa junto aos guias de turismo profissionais. Publicamos todos os anos três livretos, fazemos seminários, apresentando novos produtos turísticos – novos não, eles estão aí, mas são pouco conhecidos - dentro dessa idéia de descongestionar. Já fizemos um sobre o bairro do Rio Comprido, tem um agora sobre as Fortalezas da Baía, tem uma agora indo para a gráfica, que é sobre a Quinta da Boa Vista. Fizemos um sobre a Capelinha da Nossa Senhora da Cabeça, que é uma jóia de arquitetura colonial que o Rio de Janeiro tem no Jardim Botânico, e não é conhecida. Fizemos um trabalho de extensão junto aos guias para que eles possam levar essa novidade para os nossos visitantes.

E finalmente em relação aos eventos da orla, eu também concordo. Eu acho que o morador de Copacabana, principalmente, talvez já tenha perdido o encanto com aqueles grandes shows, etc. E o preço que se paga é muito alto.

Nos últimos anos, a Prefeitura tem procurado desconcentrar. Você vê que o Reveillon, por exemplo, antigamente, era feito num lugar, agora ele é feito em onze!

Aquele negócio de “Não, vamos ver se...” No ano passado, nós levamos dois milhões de pessoas para o Reveillon de Copacabana, vamos ver se este ano a gente leva três – não – vamos ver se este ano a gente leva um! Para isso a gente tem que oferecer uma boa alternativa de festejar o reveillon na Penha, na Barra da Tijuca, em Ipanema, na Ilha do Governador, em Paquetá, em Sepetiba, são os lugares onde a gente promove a festa descentralizada. No carnaval é a mesma coisa.

Agora, continua a existir uma tendência de montar grandes palcos e fazer grandes eventos na orla. Até porque a Cidade não dispunha de um bom lugar alternativo. A nossa arena de eventos, historicamente, era o Maracanãzinho. O Maracanãzinho estava fechado há quanto tempo? Há quanto tempo o

Maracanãzinho está fechado? Cinco anos? Sete anos? Nem lembro mais! Eu, quando era garoto, ia, lá, assistir jogo de vôlei; e tinha aquela coisa do *Holyday on ice*, era um evento que se fazia no Maracanãzinho.

Felizmente, agora, a partir do pan-americano, nós teremos, de novo, arena do Maracanãzinho. E, o que é mais importante, nós teremos uma arena supermoderna; super bem equipada; com área de estacionamento, com fácil acesso na Cidade dos esportes, ali, na área do autódromo, que vai ser inaugurada agora, em breve, depois vai fazer parte do Pan, e depois vai ficar como um legado para a Cidade realizar shows e eventos desse tipo.

Então, eu acho que a tendência é a redução do número de eventos na área pública. Nós já não fazemos mais no aterro, deixamos de fazer. E em Copacabana, eu acho que... Porque isso depende muito também do empreendedor. Isso não é Prefeitura que inventa. Isso, o cara chega com o show e diz: “Eu quero fazer na praia”. Agora, muitos deles vão dizer: “Eu quero fazer no Maracanãzinho”; “Eu quero fazer na arena da Barra”; “Eu quero fazer no equipamento mais confortável, mais seguro, mais fácil de administrar e que além do mais, permitirá a cobrança de ingresso, coisa que na praia não dá para fazer”. Eu acho que a tendência natural é a diminuição desse tipo de evento.

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) - Por favor, identifique-se ao microfone.

O SR. ALEXANDRE PIMENTA – Sra. Presidente, Vereadora Cristiane Brasil, Vereador Dr. Jairinho, Vereadora Lucinha, Secretário.

Alexandre Pimenta, também da Uerj, da equipe que vem colaborando com a Câmara de Vereadores nesse trabalho de revisão do Plano Diretor.

A primeira sugestão, como tijucano, bom tijucano, a de que o Secretário incluísse no painel, no slide da Tijuca o Centro de Referência de Música Popular, recém-inaugurado, parece que foi no dia 16, bem em frente, ali, ao bar da Dona Maria, onde Aldir Blanc, Moacir Luz, Bete Carvalho e tantos outros artistas e compositores freqüentam esse bairro.

Em segundo lugar, pedir uma autorização para gravar alguns dados, assim, para contribuir com o nosso trabalho de apoio.

Em terceiro lugar, eu tive a oportunidade de no fim de semana passado, almoçar em Santa Teresa, num restaurante chamado Espírito Santo, ali, que o Pimenta, também tem este sobrenome, ali perto do Largo dos Guimarães. E, realmente, é assim, uma situação de culinária maravilhosa, o lugar.

Mas, ontem, pelo que eu vivi lá e pelo que eu assisti ontem, aqui, numa outra Audiência Pública, onde vi um pouco dos conflitos dos aspectos habitacionais, dos aspectos urbanísticos, e com o desenvolvimento desse setor no bairro, como essa Secretaria vê essa compatibilização. Porque você para estacionar o carro é complicado, calçada meio-metro, trilho, os trilhos e o bonde passando ali e tal... Quer dizer, você fomentar esse tipo de política naquele bairro é alguma coisa que preocupa, principalmente, àqueles que ali residem. Você desenvolver isso urbanisticamente, acredito que há uma grande limitação.

Então, como a Secretaria... Por outro lado, é um lugar que aquele, como é que se diz? Aquele “turioca”, o “turioca”...

Porque você não pode deixar de conhecer; ali tem uma varanda maravilhosa, onde você come aquela comida típica do Norte. Então é complicado. Como a Secretaria de Turismo vê essa compatibilização?

O SUBSECRETÁRIO SR. PAULO BASTOS - Professor, lá no cantinho, tem uma moça bonita chamada Daisy, ela está a sua disposição para copiar o arquivo. Só fico com pena de não dar tempo dela incluir o Centro de Referência de Música Popular. Há pouco tempo foi inaugurado, há pouco tempo. Coloquei o Centro de Coreografia, mas de Música Popular, não. Em relação à Santa Teresa, é uma preocupação grande da cidade. Como, aliás, de todas as cidades que têm um centro histórico que representa uma atração turística e ao mesmo tempo são frágeis, tanto do ponto de vista dos logradouros, como do ponto de vista das pessoas que moram lá. É muito fácil você bagunçar o centro turístico no centro histórico. É muito fácil você gerar o sobre uso, gerar um excesso geral de demanda, uma movimentação excessiva de veículos e de pessoas. E, com isso, estragar aquilo que tem de mais interessante naquele lugar, que é a homogeneidade, a tranqüilidade, a história... Então ali, realmente, é uma coisa “devagar com o andor”. Tem que tomar muito cuidado. No caso de Santa Teresa, o que acontece? Além de ser uma área de proteção ambiental, Santa Teresa é um bairro eminentemente residencial. Na maioria dos casos, não é possível tirar o alvará para estabelecer um restaurante. Na Rua Almirante Alexandrino e em alguns outros trechos, são lugares em que você consegue tirar o alvará. Por exemplo, na Joaquim Murtinho, que é a continuação da Rua Almirante Alexandrino para baixo, não pode; ali é residencial. A Ladeira do Meirelles, a Rua Aprazível e outros lugares bacanas ali, não pode tirar alvará. Não poderia ter nenhum tipo de estabelecimento comercial. Era fácil resolver o problema. Vamos seguir ao pé da letra, se é área residencial, a gente não permite qualquer tipo de estabelecimento. Seria fácil. O problema é que, além do potencial turístico, tem uma questão ligada aos imóveis. Esses imóveis, aquelas grandes casas e grandes sobrados de Santa Teresa, que representam uma realidade habitacional do início do século XX, muitas delas já não se equilibram, não se sustentam, não se justificam como residências e estão abandonadas. É muito grande o número de domicílios, em Santa Teresa, que está em franco processo de decadência e desagregação. Por quê? Porque as famílias já não conseguem, já não há justificativa de habitação num palacete daqueles. Então, por isso que, em muitos casos, a reconversão de uso é a única maneira de proteger o patrimônio. Isso tem acontecido. A casa, por exemplo, do Restaurante Espírito Santo há muito tempo atrás, estava quase desabando; a casa do lado está desabando. A casa onde está o restaurante foi preservada, foi mantida, foram trocados os sistemas elétrico, hidráulico e reformaram o telhado. E isso é bom porque mantém o patrimônio.

Agora, há uma armadilha, evidente que há uma clara armadilha de você, então para salvar os imóveis, estragar a ambiência urbana. E acabar impondo um custo para as famílias que moram ali: a perda de qualidade de vida. É por isso que a legislação municipal prevê um sistema, um mecanismo para a reconversão de uso de imóveis. É possível mudar o uso de residencial para comercial? É, é possível. É genericamente possível? Não. É preciso estudar caso a caso. O caso tem que ser examinado pela Secretaria. Primeiro, pela Secretaria de Proteção ao

Patrimônio Histórico e Cultural da Prefeitura onde funciona o Conselho do Patrimônio; depois a CET-Rio tem que avaliar para ver se naquele local a transformação de uso não vai gerar um transtorno do ponto de vista de tráfego e estacionamento de veículos. Depois, a Secretaria de Urbanismo tem que examinar também, dar seu parecer. E, finalmente, a Secretaria de Governo entrando ou não o alvará que se pretende. Então, nesse caso específico de Santa Teresa, a política da Prefeitura, em resumo, é a seguinte: permitir a conversão de uso dos imóveis para mantê-los íntegros, para que possam sobreviver e se adaptar à nova realidade, mas, ao mesmo tempo, estudar caso a caso, para impedir que isso se faça a custo da qualidade de vida do bairro.

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) - Um minutinho. O senhor pode se identificar, por favor?

O SR. VICENTE SABATO - Pois não. Boa-tarde a todos, Vereadora Cristiane Brasil, Presidente da Mesa; Paulo Bastos, Subsecretário Especial de Turismo. Estou aqui para falar sobre Santa Teresa. Já tivemos a honra de presidir a Associação em algumas oportunidades e também está aqui outro morador, historiador, que é o Álvaro. É muito oportuno esse encontro de hoje...

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) - Diga seu nome, por favor.

O SR. VICENTE SABATO - Ah, meu nome. Sim.

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) - Sr. Vicente Sabato.

O SR. VICENTE SABATO - Exatamente. Eu não me referi? Desculpe. Eu sou modesto. É muito oportuno falar sobre Santa Teresa. A Associação tem participado de todos os encontros sobre o Plano Diretor, tudo que diz respeito à nossa cidade, logo, Santa Teresa. Apresentamos logo na primeira reunião sobre o Plano Diretor este documento mostrando o que é Santa Teresa, e que precisa ser preservada. Está aqui. Devemos dizer que o próprio Plano Diretor atual reza isso. E um aspecto que não está sendo respeitado é o direito de vizinhança. Porque estão acontecendo absurdos em Santa Teresa. Um deles tentando prejudicar a 495, que estabeleceu Santa Teresa área de proteção ambiental, que os moradores participaram, foi um anteprojeto do Sérgio Cabral, pai, O decreto 5.050, que regulamentou a legislação que existe no bairro até hoje. Só que, lamentavelmente, com todo o respeito, a Prefeitura não cumpre essa legislação. O último é exatamente esse Decreto 26.199, do Prefeito da Cidade, em que liberou ruas sem saída, para transformar o casario e as lojas desse casario em restaurantes, acabando com toda a tranqüilidade dessas ruas que existem desde 1750, quando houve a pedra fundamental para a construção do convento que deu o nome ao bairro de Santa Teresa, que era anteriormente o Morro do Desterro. Nós temos a Rua Murinho Nobre, onde está o Museu da Chácara do Céu, que foi objeto de uma luta dos moradores, enfrentando uma invasão e o estabelecimento de um ponto de tóxico nas ruínas onde hoje é o Parque das Ruínas.

Então, vejam o perfil dessa rua. O resto é só residência. E residências habitadas. Existe a história de que grande parte dos imóveis está abandonado. Não é bem isso. Os imóveis não estão abandonados. Temos a Rua Aprazível; a Rua Corrêa de Sá, também sem saída; a Ladeira do Meireles, sem saída. E esse decreto tornou essas ruas comerciais. Santa Teresa precisa de comércio, mas um comércio doméstico, porque perdemos farmácias, açougues, enfim, tudo que é doméstico. Por trás disso, temos uma invasão para tornar Santa Teresa um bairro "meio ano", porque seriam só restaurantes, como também - com todo respeito - casas gays. Isso tudo em Santa Teresa. E o decreto está aí. É evidente que a Associação dos moradores se opuseram a isso. Com toda razão. Por quê? Não houve um representante do governo para procurar a Associação, que tem 27 anos de existência, uma Associação que independentemente da defesa de Santa Teresa já participou da defesa da nossa Cidade do Rio de Janeiro, lutando e conseguindo o tombamento do espelho d'água da Lagoa, o tombamento do Mercado São José, nas Laranjeiras, impedimos, o movimento comunitário, inclusive a derrubada de casario, construções, espigões ali na Rua Benjamin Batista, que fica ao lado do Parque Lage. Isso é o que eu lembro agora. Foi muito mais. E dentro de Santa Teresa nós temos anotados dados, na época pela administradora Raquel Jardim, de uma relação de mais de mil e duzentos imóveis preservados em Santa Teresa. E a luta está demonstrada também nessa relação de dezesseis imóveis tombados em Santa Teresa. Simplesmente a Associação de Moradores requereu, e conseguiu contra as tentativas de destruição.

O Estado faz trombetear por toda a imprensa que o bondinho de Santa Teresa será para turistas, por um tombamento do Estado.

Porque turistas? O bonde é do Bairro. O bonde é do morador, é o transporte ideal do Bairro de Santa Teresa, devido à sua topografia. O turismo sempre existiu. O turista sempre andou de bonde ao lado do morador. Então, por que esse fato, que, no meu entender, significa uma discriminação, um "apartheid"? Será que acabou na África do Sul e está se transferindo para Santa Teresa? São coisas absurdas e, infelizmente, tudo isso acontecendo com maior intensidade no atual governo municipal. Então, prosseguindo essa relação,...

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) - Senhor, não podemos nos estender caso a caso, porque a idéia dessa audiência não é debater o específico caso de Santa Teresa. Ainda existem outras pessoas inscritas e um outro Secretário também presente para fazer a sua fala.

O SR. VICENTE SÁBATO. - Agradeço. Tudo bem.

A Associação requereu e conseguiu dos dezesseis, oito tombamentos, com ruas, também. E o último, exatamente o Hotel Santa Teresa, que foi invadido - sim, podemos dizer isso - por um grupo francês, que tentou, na marra, tirar os que lá moravam. Não eram hóspedes, não, eram moradores. Com uma carta, sem assinatura, exigiam que eles saíssem em 48 horas de lá. Houve, evidentemente, a retomada, um direito de propriedade, mas não da forma como pretenderam. E, por último, o que fizeram? Tentaram desfigurar o prédio, que já era um bem constante dessa relação de 1.200 imóveis preservados e que com a ação da Associação está tombado, além da ação judicial e de uma decisão, não

me recordo de qual Vara Cível, mostrando a petulância desse grupo em querer ofender a Associação, entrando com uma ação de indenização. A decisão foi contrária, ou seja, a ação foi considerada improcedente. E além disso, por último, esse grupo tentou denegrir, por carta que chegou às nossas mãos, a Associação de Santa Teresa, chamando-a de cáften dos moradores de Santa Teresa. Isso tudo são os belos estrangeiros que estão vindo, querendo tomar Santa Teresa de assalto. Sou descendente direto de estrangeiros, tanto por parte de mãe como de pai, mas não abro mão da minha nacionalidade brasileira e do exercício da cidadania, que é o que Santa Teresa está fazendo. E, para tanto, fizemos um movimento no sábado passado – como o ilustre Subsecretário mencionou há pouco – sobre o bonde de Santa Teresa. No jornal O Dia, de ontem um ex-Senador que, inclusive, já morou no próprio Hotel, fez um senhor artigo em defesa do sistema de bonde, que não é da alçada desse Legislativo, nem do governo municipal, mas esses poderes podem, sim, nos ajudar muito, dizendo o seguinte: a Petrobras é nossa, o bondinho também é nosso.

É isso o que tenho a dizer e solicito a todos os edis, ao Subsecretário, que Santa Teresa não pode ser alterada, pela sua arquitetura, pelas suas tubulações. Um bairro que tem 257 anos, ruas estreitas.

O turismo continua acontecendo, hoje, um pouquinho reduzido, mas não é tudo. Tem que ser muito mais. Recebemos o turista, batemos palmas, agradecemos, mas o respeito ao morador tem que haver. Muito obrigado. Desculpas, se me alonguei.

A SRA. PRESIDENTE (CRISTIANE BRASIL) – Por favor, com a palavra o Dr. Paulo Bastos.

O SR. SUBSECRETÁRIO PAULO BASTOS – Sr. Vicente, obrigado pelos seus comentários, que me falaram ao intelecto e ao coração, porque eu também fui durante muitos anos, e espero voltar a ser, morador de Santa Teresa. Gosto muito daquele lugar e domingo mesmo vou comer feijão lá no Largo dos Guimarães, na inauguração do Sebo novo que vai ter lá.

Realmente a Prefeitura tem feito um esforço grande de preservação daquela área, o senhor se referiu à construção do Parque das Ruínas, se referiu também à recuperação, aos seguidos tombamentos de imóveis e preservação de imóveis, com o que, a longo prazo, a Prefeitura tem se comprometido. Não é uma questão desse ou daquele prefeito, mas o município valoriza o bairro de Santa Teresa. Agora mesmo estamos fazendo a recuperação do pavimento, do piso, fizemos a mudança da iluminação, fizemos um projeto de sinalização que infelizmente não foi bem sucedido, aquela sinalização de Santa Teresa precisa ser revista, porque ela foi feita há uns oito anos atrás, aquelas placas marrons eu acho que não ficaram boas, enfim, temos feito ali uma série de investimentos.

Há realmente algumas divergências que temos que administrar. A minha opinião pessoal, e acredito que a opinião do município também, é de que é possível preservar revitalizando e administrando as mudanças de uso. Se nós permitirmos que Santa Teresa se torne um bairro comercial, nós vamos destruir aquele lugar tão apazível, mas por outro lado ela nunca vai poder continuar sendo exatamente o que era há 50 anos atrás, ela tem que acompanhar as mudanças da cidade e é aí onde está a arte do negócio, em administrar as mudanças.

Não tenho nenhum problema com francês, espanhol ou italiano, mas temos obrigação de olhar essa coisa com neutralidade.

Em relação ao Hotel de Santa Teresa, toda vez em que houve uma dúvida quanto à manutenção das características originais da edificação, toda vez em que houve uma dúvida sobre o que o hoteleiro estava fazendo ali, em termos de demolir muro, não demolir muro, de telhado, toda vez em que isso aconteceu a obra foi embargada para conferência. Nós tivemos, se não me engano, três embargos promovidos pela Secretaria Municipal de Urbanismo e nos três embargos houve mudanças de projeto, alterações, ajustes e depois se permitiu que a obra continuasse.

Entretanto, não tenha dúvida de que a Prefeitura acompanha com atenção aquela obra de reconversão. O problema do relacionamento entre o novo proprietário e os antigos moradores do Hotel realmente é um problema da esfera do Direito Civil, ao qual a Prefeitura tem pouca contribuição a dar.

Agora, o que eu vou discordar do senhor mesmo, e quanto a isso nós temos realmente uma divergência, é em relação ao decreto 26.000 e alguma coisa, não me lembro o número agora, que o senhor disse que liberou geral e tornou as ruas comerciais.

Não é bem assim. Realmente esse decreto prevê condições muito específicas nas quais pode haver mudança de uso, conversão de uso, desde que, como eu disse aqui, se faça uma avaliação do aspecto arquitetônico e de patrimônio, que se faça uma avaliação do impacto sobre o trânsito e se faça uma avaliação do impacto de vizinhança.

Então, as mudanças que se admitem na destinação de uso dos imóveis de Santa Teresa, são examinadas caso a caso, não há soluções genéricas. Se o senhor olhar o decreto com atenção, o senhor vai perceber que há duzentos e cinqüenta “sés”: se houver uma manifestação nesse sentido, se houver isso, se houver aquilo. Nesse caso, pode haver a reconvenção de uso. É uma medida cautelosa, que procura compatibilizar a preservação com a renovação. Obrigado.

(Reassume a Presidência o Sr. Vereador Dr. Jairinho, Presidente da Comissão)

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Vou passar a palavra aos outros oradores, em seguida o senhor fala, Sr. Vicente.

Quero passar a palavra ao Sr. Álvaro Braga.

O SR. ÁLVARO BRAGA – Boa-tarde a todos. É com emoção que uso esta tribuna do povo carioca, para me dirigir a esta platéia, à Mesa. Vamos aos “finalmentes”.

Gostaria de parabenizar o Subsecretário Paulo Bastos. Pela primeira vez encontro alguma sensibilidade na esfera pública municipal dessa administração com relação ao bairro, um mínimo de compreensão. Nosso presidente já tinha dito que você é o quadro desse projeto. Chego à conclusão de que ele tem razão, vendo que é muito fácil bagunçar um centro turístico.

Primeiro, vou procurar ser o mais sucinto possível em alguns pontos. Vou fazer um breve histórico da APA e do mito da decadência do bairro.

Segundo, quero falar de um projeto sustentável para o desenvolvimento de Santa Teresa.

Por último, sou obrigado a abordar a questão do Hotel e fazer algumas previsões. E falar também, sobre a questão da legislação do decreto de reconvenção dos casarões e do pólo turístico.

Santa Teresa sofreu, como todos os bairros centrais, um processo de decadência, agravado pela transferência da capital para Brasília. Isso se daria de qualquer maneira, como se deu em todas as metrópoles do mundo! Há sempre um abandono do centro em favor da periferia. Os anos se passam, as pessoas redescobrem o centro e há uma revalorização desse centro.

Santa Teresa, desculpe se estamos parecendo recorrentes no tema, deve ser levado muito à sério, porque é um *case*. Talvez, seja a última fronteira turística deste Município, onde, o senhor me desculpe, exemplos de fracasso, de abandono, de desleixo, de degradação não faltam. Denúncias se sucedem na imprensa, citando cheiro de urina, bandalhas, corrupção, envolvendo todos os pontos turísticos. Esta é a realidade.

Santa Teresa foi salva pela ação dos seus moradores. É um bairro cidadão! É um bairro ecológico *avante la lettre*. Se hoje aquele casario subsiste, não foi graças ao poder público. Foi graças a nós, a ele! Contra, muitas vezes – quase sempre – o poder público, que, em nome do progresso, queria intervir de maneira estabanaada, ignorante, contraprodutiva.

A mesma coisa com o bonde. No Rio de Janeiro eram quatrocentos quilômetros de linhas instaladas. Só os ramais de Paula Mattos e Dois Irmãos sobreviveram. Por conta de quem? Do governo Lacerda, do governo Jango? Não! Eles se davam às mãos para provar, como Nelson Rodrigues dizia, que *toda unanimidade é burra!* O povo de Santa Teresa combateu Negrão de Lima, Chagas Freitas, Faria Lima, Chagas de novo. E qual foi a catástrofe seguinte? Brizola. Brizola, a bem da verdade, foi o homem que reconheceu a importância do bairro, do bonde, mesmo. E tombou o bonde ao final do seu governo.

Então, foi a APA de Santa Teresa que salvou o casario. Foi uma ação dos moradores, que arrancaram do poder público, vendo que aquelas empreiteiras – Gomes de Almeida Fernandes, Sergio Dourado – já encontravam dificuldade em oportunidades comerciais e se voltaram para o bairro, e foram contidos por conta da Lei 495 e do Decreto 5050.

Foi uma medida pioneira, pegaram conceitos de direito ambiental que eram válidos, empregados em meio rural, e foram adaptados e transplantados para o meio urbano criativamente. Com isso, preservou-se o bairro. Somos cidadãos.

É um lugar onde o Estado tem que pedir licença para entrar, chegar com muito jeito, porque ele, quase sempre, não foi a solução, foi o problema. Dito isso, com tranqüilidade, que o mito da decadência do bairro se deve a um movimento chamado “Agenda 21” que foi um trabalho exaustivo, muito interessante na coleta de dados, mas completamente faccioso e falacioso em suas conclusões, em contradição com o que se pode verificar no próprio documento. Eu rebato as conclusões da Agenda 21 com a própria Agenda 21.

Hoje em dia, o bairro se revaloriza – e o Senhor me permita, por favor, não fale mais em revitalização com relação à Santa Teresa. O senhor pode falar em

revitalização de Machu Pichu, pode falar de revitalização de Pompéia... Vida? Nunca faltou naquele bairro! Portanto, por favor, vamos parar com essa conversa, que ali não condiz com a realidade.

Fico espantado! Faço um apelo, subsecretário Paulo Bastos, que reflitam sobre esse projeto medonho que estão tentando impor a nosso bairro, de descaracterização de nosso bairro, que é antiecológico e não é sustentável. É a Nova Lapa. Fico abismado! Já temos uma Lapa. O que vai acrescentar á cidade uma Nova Lapa? Até a Gamboa vai ser uma Nova Lapa. Recentemente li uma matéria... Isso é uma estupidez! Santa Teresa, a vantagem comparativa dela é de ser um bairro ecológico, é de ser um bairro democrático.

Por conseguinte, em vez de os comerciantes e de o Poder Público tirarem vantagem, deveriam orgulharem-se de ter um bairro ecológico, que é área de proteção ambiental, que faz parte da zona de amortecimento do Parque Nacional da Tijuca. Porque o Cristo Redentor do Corcovado meus senhores, está inserido na região administrativa de Santa Teresa. Esse, sim, é um projeto sustentável, é um projeto que passa pela boa qualidade de vida, não por um processo de invasão, de turismo de massa, noturno, poluidor, invasivo.

Vamos fazer um projeto em cima do bonde. Não vamos inverter os valores. O bonde é do morador. Quando restabelecerem a excelente qualidade do serviço do bonde, que é para o morador o meio de transporte, e cada vez vai ser mais o meio de transporte da região. Imagine o impacto que será – já vou concluir...- a inauguração das duas torres da Avenida Chile, diante da circulação? Temos o bonde que é uma via expressa, sem sinal, sem cruzamento, sem engarrafamento até o coração da cidade. E é ecológico! O que representa o bonde em termos de emissão de CO2? Nada!

Vamos investir na boa qualidade de vida. Vamos centrar o projeto no morador, porque se o morador for respeitado, ele, por exemplo, não vai se importar que a capacidade do bonde seja utilizada para o turismo. Quero lamentar brevemente essa postura de tentar desqualificar o decreto 5050, a lei 495. Inclusive, temos dúvida da legalidade disso, porque isso me parece uma tentativa de fazer legislação, de zoneamento e uso do solo através de decreto. É uma maneira de contornar a APA esses decretos da reconversão dos casarões e do Pólo Gastronômico.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO)- Sr. Álvaro, queria agradecer. Quero agradecer sua explanação que muito contribuirá com a Comissão do Plano Diretor.

Aviso ao senhor que vamos fazer audiências públicas regionalizadas. Teremos no começo de agosto, vamos veicular na imprensa no mês de julho, e em agosto vamos ter uma audiência regionalizada focada para Santa Teresa. Vamos levar a Câmara e a Comissão do Plano Diretor para a região com nosso apoio técnico da Universidade Estadual, e lá o senhor vai ter a oportunidade de bater nessa tecla. Nós, aqui, da Câmara dos Vereadores, estamos do lado dos senhores para combater e tentar favorecer o que é melhor para a população. Vamos fazer a audiência em Santa Teresa. Quando tiver a data vai ser veiculado pela imprensa.

Com a palavra a Sra. Letícia Mageano Lazan.

A SRA. LETÍCIA MAGEANO LAZAN – Represento o Vereador Rubens Andrade que não pôde comparecer, e como seu assessora técnica, e o assunto turismo me encanta.

Trabalhei muitos anos na Prefeitura, sou arquiteta há trinta anos, trabalhei em canteiros de obras, favelas, em vários locais.

Temos que considerar que o turismo é uma indústria que possibilita a arrecadação, divulgação, muito emprego, mão-de-obra qualificada, desqualificada, de todo o tipo.

O turismo tem que ter sua importância nesta cidade, mas o que acontece é que uma cidade do porte do Rio de Janeiro, não se pode imaginar que ela vá funcionar como uma pequena cidade como Ouro Preto. Fico pensando em cidades como Paris, Londres, Stambul, que são cidades que têm que funcionar como cidades, funcionar para a população e funcionando para o turista.

A falta de sistema de planejamento é o que há de mais grave na administração pública municipal. Todas as cidades do Brasil têm um órgão que cuida do planejamento, da coordenação, dos órgãos e do orçamento.

Tenho impressão que você já trabalhou com isso na Prefeitura, com coordenação, planejamento e orçamento.

O SR. SUBSECRETÁRIO PAULO BASTOS - Comecei na SMP, e recentemente trabalhei no IPP, que faz um ótimo trabalho de planejamento.

A SRA. LETÍCIA MAGEANO LAZAN - Mas o IPP faz planejamento setorial. Falo daquele planejamento global, orçamento e as decisões vinculadas ao orçamento municipal. Isso já estava previsto no Plano Diretor de 1992 e repetido agora, mas não acontece. Se houvesse sistema municipal de planejamento certamente o turismo estaria mais bem protegido das questões que dão essa forma de decadência a cidade.

Nossa cidade é uma cidade democrática, as pessoas pobres, sem trabalho, sem nada, caem aqui e acabam sobrevivendo, porque não tem o clima de São Paulo, é uma cidade democrática, mas sujam, estragam, invadem, acabam com as florestas, é uma situação brasileira das grandes cidades.

Se tivéssemos sistema de planejamento, pelo menos o centro da cidade que foi capital do governo federal, com um belíssimo patrimônio, poderia estar mais bem cuidado.

Quando recebo turistas - sou arquiteta, conheço muita gente de fora -, levo-os ao Centro da cidade; eles ficam encantados com a Colombo. Através de um passeio de barco os levo a Niterói, voltamos, passeamos pelas ruas; eles ficam encantados com o Camelódromo. Mas tudo é muito sujo, alguém tem que dar um jeito. Em Istambul não há uma folha, um papel no chão. Alguma coisa eles fizeram, e é uma cidade tão grande como a nossa.

Nesse sentido, apelo para vocês se esforçarem; para você, que trabalhou com planejamento integrado no orçamento e coordenação, para que voltasse a ter esse órgão. Esse órgão beneficiaria o turismo, onde teria uma atenção especial da Comlurb. Aqui ao lado da Câmara - vem muita gente visitar a Câmara, que é tombada - é um pólo de cultura: tem a Biblioteca Nacional, tem o Theatro Municipal para serem visitados, mas estão imundos.

A Prefeitura tem mais de mil e duzentas assistentes sociais para cuidar dos menores abandonados. As assistentes sociais entraram na Prefeitura, estão trabalhando, e nem sentimos que há assistente social fazendo algum projeto. Mil e oitocentos vagabundos por aí, menores e tal. Isso faz mal a uma cidade; as pessoas ficam horrorizadas.

Acho o seguinte: a Cidade do Rio de Janeiro é maravilhosa, tem os seus encantos, mas está faltando bastante atenção para esses locais, como Santa Teresa, Copacabana, Leblon. Poder-se-ia dar também uma força ao turismo ecológico. Eu tinha pensado uma vez... Há um ramal existente - acho que já foi desativado - em Santa Cruz. Chegando em Santa Cruz, lá há a Casa da Princesa, há o antigo Matadouro, há algumas lojas antigas também que poderiam criar o turismo de fim-de-semana, para as pessoas irem lá e conhecerem as fazendas. Poderia ter restaurantes, modificar a aparência dos bairros, de todos os bairros. Bangu é interessante de se ver. Valorizar, fazer um projeto especial para que o próprio carioca e as pessoas, que vêm de outra cidade, possam usufruir os locais que não são conhecidos.

Mas acho que o que está atrapalhando o cidadão que mora aqui, está atrapalhando o turismo é a questão de Administração Pública. Não precisa se fazer muita coisa - tem que se investir em turismo no Município -, a não ser uma organização de projetos, de programas, de acomodações a baixo custo, porque as próprias famílias estão abrigando hóspedes em suas casas, mas isso tudo tem que ficar vinculado ao serviço de turismo para ter garantia.

Então, é isso. O dia em que houver um órgão de planejamento, coordenação e orçamento, vinculando esses projetos à dotação orçamentária, vamos ter uma cidade bem melhor para o turismo. Outra coisa: sinalização. As pessoas têm que ser adivinhas para andar nesta cidade.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) - Passo a palavra ao Secretário Municipal do Trabalho Wanderley Mariz.

O SR. SECRETÁRIO WANDERLEY MARIZ - Primeiramente, boa-tarde a todos!

É uma satisfação em estar aqui nesta Comissão, não somente como Secretário Municipal de Trabalho e Emprego, mas também como Vereador desta Casa, onde já tive a honra de integrar esta comissão no ano retrasado, quando fizemos a primeira tentativa, nessa Legislatura, de apreciar o Plano Diretor.

O objetivo de minha exposição é, a partir de dados e de relatos da nossa Secretaria, da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego, poder dar indicativos de como a questão da geração de emprego, do fomento, do estímulo às vocações econômicas da cidade podem e devem estar destacadas no nosso Plano Diretor.

(O Secretário faz a sua explanação com o auxílio de Power Point)

O emprego formal na Cidade do Rio de Janeiro é o segundo ramo de atividade.

O grande empregador, o setor de serviços, é o que mais emprega na Cidade do Rio de Janeiro, sendo responsável por mais de 40% do total de empregos na

cidade. Seguido do setor de comércio, cujo patamar chega a 20%. A soma do setor de comércio e do setor de serviço dá mais de 60% dos empregos gerados anualmente na Cidade do Rio de Janeiro.

Quando eu falo serviços, falamos basicamente dos segmentos de turismo, do segmento na área financeira e dos serviços ligados à área tecnológica.

A taxa de desemprego na Cidade do Rio de Janeiro é a menor entre as regiões metropolitanas. A partir de um convênio da Prefeitura com o IBGE, a Prefeitura, através da Secretaria de Trabalho, do IPP, e com o IBGE, conseguimos desmembrar essa taxa e ter um indicador específico da desocupação da Cidade do Rio de Janeiro. Isso nos mostra um lado importante e um aspecto positivo da economia da cidade, que é uma taxa relativamente baixa, uma taxa situando em torno de 6,5%, tendo 7,5% na região metropolitana e 10,1% no total das regiões metropolitanas.

Próxima página.

Isso aqui é um pouco do trabalho da Secretaria. A Secretaria atua basicamente na intermediação de mão-de-obra e na capacitação de mão-de-obra. Temos agências de emprego em Campo Grande e em Jacarepaguá. E em nosso planejamento é que até o ano que vem, em parceria com o Ministério do Trabalho, possamos ter uma agência em cada AP da Cidade do Rio de Janeiro para facilitar a aproximação do trabalhador desempregado, dar oportunidade de trabalho preferencialmente, nas empresas do entorno.

Próxima página.

Aqui, o número de trabalhadores inscritos no ano de 2006. Foram inscritos 58.000 atendimentos nos Postos de Trabalho da Secretaria; 17.958 encaminhamentos, ou seja, pessoas que estavam, a partir de uma breve análise curricular, aptas a serem encaminhadas para as exigências das empresas; e 4.200 pessoas, efetivamente, empregadas e colocadas.

A gente pode observar, que há aí um gap entre o número total de atendimentos, um número total de encaminhados e um número total de colocados.

E, segundo a faixa etária, o público que nos procura é o público de dezoito a vinte e nove anos, buscando a recolocação profissional, mesmo entre o público de dezoito a vinte e nove anos, a incidência não é primeiro emprego, é recolocação no mercado de trabalho.

Próxima página.

A maioria do nosso público, ele tem até a oitava série incompleta. Aí, entra na razão de essas vagas não serem preenchidas. As maiorias das vagas exigem um ensino médio completo, ou seja, primeiro e segundo grau.

Próxima página.

Aqui, um aspecto interessante também. É que você tem um número muito maior de vagas oferecidas para o sexo masculino do que para o sexo feminino. Quer dizer, que por mais democrática que essa cidade seja, a exigência do mercado de trabalho abre mais espaço, ainda, para o homem do que para a mulher.

Próxima página.

E entramos no segundo ponto da Secretaria que é a qualificação profissional. Na hora em que temos vagas oferecidas, na hora em que temos pessoas encaminhadas para o mercado de trabalho. Mas na hora que temos essas

pessoas não efetivamente colocadas, isso mostra que elas não são colocadas por duas razões básicas. Primeira, por problema de escolaridade. A cidade hoje tem um grande vácuo no ensino de segundo grau. A pessoa sai do ensino médio e chega no ensino de segundo grau e não consegue dar prosseguimento. A maioria hoje das vagas de emprego oferecidas, a grande maioria exige segundo grau completo. Mesmo que seja para funções mais elementares. O sujeito que quiser ser empilhador da Coca-Cola, o sujeito que quiser ser o estoquista do Carrefour, precisa ter o segundo grau completo. Por que isso? Pela perspectiva e pela interação cada vez maior de todas as áreas com a área tecnológica, com a informática, com os equipamentos automatizados, ou seja, quanto maior o grau de escolaridade dele, maior a capacidade dele com isso. E maior a perspectiva que ele pode ter de expansão dentro da própria empresa. Num mercado onde a oferta é muito maior do que a procura, o item escolaridade passa a ser decisivo. E o segundo ponto é a capacitação profissional, propriamente dita. Você capacitar um cidadão numa função, para que ele possa ser encaminhado para exercer o emprego naquela função. Nós, em 2006, capacitamos 2054 pessoas nos setores de assistência ao comércio, construção civil, desenvolvimento econômico, esportes, informática, hospitalidade, serviços domésticos e turismo. Investindo um milhão e cinquenta e um mil reais com recursos da Prefeitura e com recursos da União.

No plano de 2007, nossa meta é qualificar mais alunos e ter um número maior de vagas nesses setores de comércio e de serviços, que são os maiores geradores de emprego na Cidade do Rio de Janeiro. Há uma listagem dos cursos e das vagas.

Enfim, o que observar desses dados todos? Não vou aqui ficar fazendo exposição especificamente da ação da Secretaria. Vemos que temos, por um lado uma taxa de desemprego, relativamente baixa. Isso tem um aspecto positivo que mostra algum dinamismo da economia, mas, por outro lado, mostra que há um avanço e uma penetração muito grande na economia informal na cidade. Os dados, que vale a pena citar, não estão aí nessa exposição, mas tenho aqui de cabeça. Os dados da Pesquisa de Economia Informal Urbano que o IBGE fez, em 2003, e temos o corte da região metropolitana, e não da cidade. O que é a Pesquisa de Economia Informal Urbana? A Pesquisa de Economia Informal Urbana é investida com os estabelecimentos comerciais compostos por uma a cinco pessoas, independentemente da relação capital trabalho que exista lá dentro. Pode ser um dono e quatro funcionários; pode ser cinco pessoas que são sócias do mesmo estabelecimento; pode ser três sócios e dois funcionários. E quando a gente observa esse corte estatístico, ou seja, esse grupo de microempreendimento, o que a gente nota? Cinquenta e sete por cento não têm sequer um tipo de licenciamento, seja ele estadual, seja ele municipal. Quarenta por cento não têm conta bancária; sessenta por cento nunca tiveram acesso ao crédito; setenta por cento não têm acesso à informática e oitenta e nove por cento nunca tiveram acesso a qualquer tipo de capacitação em gestão de negócios ou em algum foco que pudesse melhorar a gestão do dia-a-dia do negócio dele. Qual é o nosso desafio? É trazer essas pessoas para a formalidade. A taxa de desemprego baixa é positiva. Mostra que emprego formal vem sendo gerado pela cidade, mas mostra o lado da economia informal. Como ele indica a taxa de desemprego? A taxa de desemprego pergunta se você procurou emprego

nas últimas três semanas. Se você diz que não procurou emprego nas últimas três semanas, você não é considerado como desempregado. Ou algo como a pessoa que está na economia informal e que não procurou emprego, ela não é considerada uma pessoa desempregada. A taxa de desemprego nos mostra esse lado também. E como temos que avançar? Primeiro, em programas que facilitem a vida desse pequeno empreendedor. Vamos lançar agora o Rio Empreendedor. O Rio Empreendedor vai começar no Pavilhão de São Cristóvão, numa parceria com Sindicato dos Bares, Hotéis e Restaurantes e que é, exatamente, assessoria jurídica, contábil e curso de gestão de negócios voltados para o Pavilhão e para o entorno da área de São Cristóvão. A idéia do Rio Empreendedor é procurar, principalmente nesse momento onde se regulamenta a lei do Super Simples, onde tem toda uma legislação federal que começa a facilitar a vida da pequena empresa. Toda uma legislação federal que começa a facilitar a vida da pequena empresa. Vamos trabalhar no sentido de proporcionar que mais pessoas na informalidade se incluam na economia formal, paguem os seus impostos, gerem empregos formais, enfim isso vai ser um ponto importante.

O outro ponto é que a cidade precisa ter políticas focais de incentivos. Incentivar determinados setores que sejam potenciais geradores de empregos. Vou dar exemplo de setores que estamos trabalhando dentro da Prefeitura. O setor de produção de software e de tecnologia da informação. Hoje você tem mais de 500 pequenas e médias empresas que trabalham com produção de software com tecnologia de informação. Hoje você tem a IBM querendo praticamente duplicar o seu número de funcionários no Rio de Janeiro para trabalhar a tecnologia da informação. E a Prefeitura evidentemente, com todo o critério que é necessário para se definir esse incentivo e impacto na arrecadação, o volume de empregos que isso pode ser gerado, a capilaridade que isso vai gerar nos negócios da cidade, no segmento, deve propor à Câmara essa redução do ISS de 5% para 2%. A mesma coisa nos setores de parques tecnológicos, empresas localizadas em parques tecnológicos. O Rio comporta grandes universidades como UFRJ, UERJ e a PUC. E no caso da UFRJ um grande Parque Tecnológico. E também estamos aí em vias finais de concluir os estudos para o incentivo fiscal aos Parques Tecnológicos.

E outro ponto que se discute, se discute inclusive aqui, nesta Casa. Ainda não estamos tão avançados quanto nos segmentos de tecnologia, mas vamos avançar também. É no segmento da indústria naval, onde Niterói e São Gonçalo atingiu a sua capacidade plena física de operar as encomendas aos estaleiros hoje. E ainda existem estaleiros na Cidade do Rio de Janeiro capaz de receber encomendas não só de navios, mas, principalmente, de reparos navais e da cadeia produtiva que a indústria naval gera. Então, é importante que o Plano Diretor estabeleça critérios e tenha no seu escopo a importância de se ter políticas de incentivos fiscais para segmentos que sejam representativos de vocações da cidade. Estou falando de tecnologia. Estou falando de turismo.

Então, uma cidade de serviço. Estou falando de ISS. Não adianta você fazer incentivo de ISS em segmentos que não são intensivos em serviços e, sim, na indústria.

A mesma coisa é a questão da ocupação da cidade. A gente que esteve na Câmara e que lida com as diferentes áreas da cidade, a legislação urbana da

Cidade do Rio de Janeiro, a legislação de ocupação do solo, as normas de ocupação do solo, são normas que datam muitas vezes de 30 anos atrás. E aí você tem algumas áreas da cidade que já se conseguiu avançar na legislação, e, certamente são áreas que vem sendo revitalizadas e que isso tende a gente ter um grande volume de geração de empregos.

Eu vou dar o exemplo de São Cristóvão que teve o PEU recentemente aprovado. E aí vemos a construção civil empregando em São Cristóvão, e aí o surgimento de novos negócios.

Vou citar o exemplo da Taquara, onde com a possibilidade de se construir nas encostas, conteve-se em muito avanço da Favelização, e se incentivou muito a construção civil formal, propriamente dita. Esses são instrumentos que precisam ser definidos no Plano Diretor, a questão, da ocupação da cidade - um exemplo clássico, a Avenida Brasil. A Avenida Brasil era uma representante de uma vocação industrial que o Rio de Janeiro tinha nos anos 70. Hoje, as indústrias, por inúmeras razões locais, estaduais, nacionais, saíram do Rio de Janeiro, tornando a Avenida Brasil um grande deserto de galpões abandonados, de ocupações irregulares, mas ela poderia servir como um grande bairro popular, uma grande alternativa de habitação popular, não só desafogando a pressão pelo crescimento das ocupações irregulares mas também gerando empregos formais na construção civil. Quando você traz a construção civil formal para um bairro - e nós vamos entrar neste ponto - não só gera empregos para as pessoas que vão trabalhar nas obras, mas também na hora que você traz nova pessoas para morarem naquela região, incentiva o comércio local, cria uma rede de comércio e de serviços voltados para aquela população. Eu falo do exemplo da Avenida Brasil, que corta vários bairros da cidade, que é uma avenida que tem toda a infra-estrutura de iluminação, de água, de esgoto, de transporte. Então, é o exemplo de como uma ocupação residencial daquela área poderia ser positiva para a geração de empregos e para a revitalização de determinadas áreas.

Outro ponto é a desburocratização. Aí, é importante não só a gente dar acesso à informática, acesso à informatização ao pequeno e médio empreendedor. O Rio Empreendedor vai entrar nisso, porque inúmeros serviços da Prefeitura estão disponíveis pela Internet. A Prefeitura do Rio de Janeiro é uma das mais avançadas no Brasil em termos de serviços on-line. Mas o que é que adianta ter o serviço on line se o empreendedor não tem acesso à Internet, não tem acesso ao computador para buscar estes serviços? E, segundo, a integração de procedimentos, quer dizer, isso deve estar no Plano Diretor, também, na minha opinião. A Prefeitura deve ter convênios com as outras instâncias de Poder com o Estado e com o Governo Federal para que a burocracia que se tem para abrir um estabelecimento comercial, por exemplo, ou industrial, possa ser integrada. Agora mesmo, em julho, eu vou, com o Secretário de Estado, Júlio Bueno, a Vitória e a Belo Horizonte para vermos experiências bem sucedidas na questão da desburocratização, na possibilidade de, com um único procedimento, o cidadão dar entrada, ou o comerciante dar entrada, o empresário, o empreendedor dar entrada ao mesmo tempo em vários órgãos estaduais, federais e municipais. Esta questão da desburocratização é muito importante. Hoje, no Rio de Janeiro, se leva um tempo médio de 50 dias para abrir uma empresa esse é o cálculo que o Banco Mundial fez -, enquanto em Minas Gerais e em São Paulo esse tempo chega a um terço disso.

Não tem como a gente falar de emprego se falar do Pan-americano. Não só emprego temporário, mas um novo patamar em que os jogos Pan-americanos e a decorrência dos investimentos nos jogos Pan-americanos vão colocar a cidade em termos de economia, em termos de padrão de renda e de consumo. Aí, a importância de como a revitalização de áreas da cidade pode gerar isso em outras localidades também não só nas localidades onde os jogos Pan-americanos atuam.

Por exemplo, nas obras do Pan-americano, no complexo do Autódromo, ali, na arena, no velódromo, na Vila Pan-americana, no Parque Aquático e no Engenhão, mais de 15.000 empregos diretos e indiretos foram gerados. Diretamente, só na contratação de funcionários e na cadeia produtiva que tem a construção civil. No entorno do Engenhão, você vai ter dois empreendimentos: o Arena Parque e o Norte Village, que vão empregar 4.000 pessoas na construção civil, também. No entorno da Belardo Bueno, nos equipamentos que se situam na Belardo Bueno, nós vamos ter uma série de empreendimentos imobiliários, que devem empregar, nos próximos 5 anos, cerca de oito mil pessoas. Todos aqueles condomínios, o Rio 2, os condomínios que estão sendo construídos ali, são para pessoas que estão vindo morar naquelas áreas, são pessoas que vão comprar naquelas áreas. São pessoas que vão colocar seus filhos nas escolas, vão comprar nas padarias, nos supermercados. O Shopping Via Parque já reflete o avanço daquela região, da Belardo Bueno, que era uma região que ficava um pouco isolada entre o dinamismo da Barra e o crescimento do Recreio. E o Norte Shopping, agora, anuncia uma expansão que vai focar exclusivamente em lazer e em serviços naquela região, também. Na Barra, no Recreio e nas Vargens, foram criados, de janeiro para cá, cerca de 60 bares e restaurantes gerando uma média de mil empregos. São empregos que vão continuar, são restaurantes que tendem a continuar. O Paulo que me corrija se a estatística estiver errada - uma média de doze hotéis de grande porte foram abertos na cidade nos últimos doze meses. Foi a informação que o sindicato passou para a gente. Sete naquela região, cinco mil leitos de hotéis. Se você imaginar uma média de dois empregos para cada leito, que é com que os analistas trabalham, nós vamos ter, com a conclusão desses hotéis, mais dez mil empregos especificamente na área de hotelaria. Então, isso mostra como a revitalização de áreas da cidade pode ter impacto na geração de empregos.

Aí, eu volto à questão do Plano Diretor atualizar a legislação, ou criar instrumentos para que se atualize de uma forma mais rápida a ocupação do solo na cidade para que se possam revitalizar outras áreas também. Enfim, era sobre isto que queria falar: um pouco do trabalho da Secretaria, a importância, Vereador, de incentivar e colocar a questão das políticas de incentivo fiscal para segmentos potencialmente geradores de empregos na cidade, as políticas de desburocratização, a importância de os municípios fazerem convênios com o Estado, com o Governo Federal, para facilitar o encaminhamento burocrático de se abrir um empreendimento. E também à importância da revitalização de determinadas áreas da cidade como forma de gerar emprego e garantir uma economia local sustentável. Estou aberto a alguma colocação ou pergunta, e queria agradecer a atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) - Queria agradecer a explanação do nosso Secretário de Trabalho, Vereador e companheiro da Casa, Wanderley Mariz. Tenho certeza de que posso contar com Vossa Excelência na condução desse processo de elaboração do Plano Diretor, que vai ser de grande importância para a nossa cidade. Tenho certeza de que tenho você como excelente companheiro e trabalhador na questão do município.

Vou passar a palavra para o Paulo Saad. Explique, aqui, Paulo, que teremos uma audiência regionalizada - Área do Centro Seminário - para discutir idéias. Este mês vamos veicular na imprensa, nos jornais.

O SR. PAULO SAAD - Queria cumprimentar os integrantes da Mesa, o Secretário de Trabalho e Emprego, e o Paulo Bastos - já é a segunda vez que a gente se encontra para discutir essas questões; e o Presidente, Vereador Dr. Jairinho.

Não posso deixar de assinalar a presença pequena, ínfima da sociedade para discutir aqui conosco. Talvez, se a gente fosse avaliar uma informação mais categórica, no sentido de que a participação possa de fato garantir voz ativa na decisão, que a gente possa colocar de forma mais clara os temas, para que possa avançar com a comunidade, enfim, coisas que possam trazer mais as pessoas para a discussão. Queria, também, dizer que, mais uma vez, estamos aqui com o pessoal de Santa Teresa, estamos em três - advogado Sábado, historiador Álvaro Braga, e, eu, Paulo Saad. A gente está aqui sempre para mostrar a importância que esta discussão está tendo para a gente.

Queria, primeiro, parabenizar o Secretário, o palestrante que acabei de escutar, com relação a essas melhorias. Acredito, mesmo, que o desenvolvimento da Barra da Tijuca tem trazido oportunidades de trabalho - Barra, Recreio, as áreas de fronteiras, e, mesmo algumas áreas da Zona Sul tiveram aumento de emprego na construção civil, e algumas outras formas de emprego nas áreas de serviço e comércio. Acho que isso faz parte, e acho, até, que é insuficiente para cobrir a necessidade de emprego retraída durante tantos anos. Mas acho que é importante. Não é nada estranho você estar afirmando esses números. Queríamos dizer, com relação ao nosso bairro de Santa Teresa, que o tipo de desenvolvimento que se pretende, que se pode pretender para um bairro como o nosso - um bairro histórico, um bairro que tem 200 anos, a implantação das vias, das ruas, o sistema de transportes tem 126 anos - é completamente diferente. Quer dizer, se você hoje pensa na chegada de um restaurante no centro de Santa Teresa, um único restaurante pode dar um nó no bairro. Agora, por exemplo, sei que existe o interesse do Belmonte, que é uma rede recentemente construída de bares e restaurantes na Cidade, que tem interesse em se instalar no Largo dos Guimarães.

Se isso acontecer a repercussão do ponto de vista da perda de qualidade de vida do morador de Santa Teresa será certamente muito impactante - a questão da poluição sonora, a questão da vizinhança, das repercussões com relação à geração de viagens, diminuição das facilidades de circulação e isso é possível pela legislação condicionada ao chamado Estudo de Impacto Ambiental que no Decreto nº 5050, está muito claro.

Restaurante é uma atividade que precisa de Relatório de Impacto, embora a Secretaria de Fazenda esteja liberando alvarás para restaurantes sem o Estudo

de Impacto Ambiental. Eu até gostaria de deixar claro que a Prefeitura, especialmente o Dr. Paulo Bastos, pode intervir nessa questão. Não é possível aprovar-se um restaurante pela legislação, em Santa Teresa, sem o Estudo de Impacto Ambiental e de Vizinhança, conforme o Decreto nº 5050, isto sem dizer que o referido Decreto prevê que a instalação do restaurante prevê parecer do Ibama. O Decreto é de 1985 e não caducou. Na época era o IBDF e o decreto fala em IBDF, mas está lá porque a 495 estabelecia, e a lei da APA estabelece Paulo, que é preciso um Plano de Manejo. Naquela ocasião, em 1984, a Lei da Apa pediu o Plano de Manejo. Se ele tivesse sido feito, hoje, nossa tarefa aqui para o Plano Diretor, talvez fosse a de fazer ajuste nesse Plano de Manejo. Entretanto, o Plano de Manejo não existe, ou seja, o Plano de Manejo nos teria dado um levantamento importante, um diagnóstico, nos teria feito um inventário, enfim, teríamos, hoje, material para analisar e tomar decisão, que não temos, porque em 1984 não fizemos o que tínhamos que fazer. O dever de casa atrasou e hoje estamos aprovando restaurantes que não sabemos qual é o impacto e se estariam de acordo com o Plano de Manejo, porque tudo o que pensamos não executamos.

Quanto ao Hotel Santa Teresa, por exemplo acabamos de ter uma sentença do Tribunal de Justiça, favorável à Associação de Moradores, num litúgio com o Hotel Santa Teresa. Foi só a primeira e na próxima 5ª feira teremos a aprovação, pelo Instituto de Arquitetos, de um parecer do Instituto, que eu já tenho conhecimento das linhas básicas desse parecer, que é duramente crítico, não só a empreendimento, como também à Prefeitura, especialmente ao Conselho de Patrimônio. Por que isto acontece? Porque desde 1984 poderíamos ter feito o inventário desse bem arquitetônico, estava previsto na legislação das APAs e no decreto, mas não fizemos. Não fizemos inventário, não fizemos diagnóstico dos bens naturais e culturais.

Então, o que estamos querendo, agora, como proposta para o Plano Diretor? É que isso seja feito, que isso entre no Plano Diretor como uma questão de relevância fundamental para o sítio de Santa Teresa, para que possamos ter, no futuro, o que não temos hoje. Estamos conversando com a Comissão de Direito Ambiental da OAB sobre que instrumentos usaremos para tentar fazer prevalecer a lei, quanto a questão do Pólo Gastronômico porque sabemos, e o Presidente da Mesa conhece muito bem, que só esta Casa pode fazer legislação urbanística e o decreto do Pólo Gastronômico de Santa Teresa intervém na legislação urbanística sem poder fazer nada. Essa questão é grave, até porque o Pólo está autorizando a construção de restaurantes em ruas onde, pelo Decreto nº 5050/85, antes da Lei Orgânica, não é possível. Há um imbróglio legal grave nessa situação. Precisamos entender que o Plano Diretor pode e deve resolver esse imbróglio. Ou seja, no caso o Plano Diretor deve reforçar a construção da APA, o plano de manejo, o inventário, o diagnóstico. É o que estamos pedindo no item V.

Para concluir, queria reforçar a necessidade do povo de Santa Teresa em justificar a sua vocação como bairro residencial. Isso não significa que Santa Teresa vá renunciar à sua vocação de pólo de interesse para visitação. A visitação sempre existiu, achamos que é uma vocação do bairro. O bonde é do morador, transporta o morador, não é um equipamento turístico. Porém, deve receber, aceitar o turista como um participante, um companheiro de viagem. É

preciso que aceitemos isso, pois traz, para nós, uma visão de turismo de pequena monta, um turismo dimensionado, bem compartimentado, como todas as áreas de proteção ambiental têm no Brasil inteiro. Ou seja, uma área de proteção ambiental tem um controle rígido do número de visitantes passíveis de serem aceitos em determinado período de tempo por causa da infra-estrutura, por causa das suas dimensões, por sua capacidade de aceitação de visitantes, reduzindo o impacto e garantindo o turismo. A visitação pode acontecer, mas tem que ser dimensionada em padrões possíveis. Não é possível que tenhamos um pólo gastronômico em Santa Teresa atraindo seiscentos, oitocentos automóveis às quintas, sextas a noite e sábados e domingos. Isso é impossível! Não cabe! Prejudica-se aqueles costumeiros visitantes, que estão visitando, de forma avulsa, o bairro. E levam-se pacotes de turistas, no caso de Santa Teresa, indesejáveis. Não é o tipo de turismo que interessa, que pode ser absorvido por Santa Teresa.

A proposta concreta é não renunciar à vocação de visitação, não renunciar até um certo nível à idéia de pólo de geração de emprego. O trabalhador, em Santa Teresa, cumpre seu papel. Tive, durante vinte anos, um escritório de arquitetura, em Santa Teresa, com doze, quatorze empregados. Eram pessoas que não moravam em Santa Teresa, mas que vinham e usufruí de Santa Teresa.

A geração de conhecimento, de circulação faz parte da Cidade. A Cidade é isso. Santa Teresa não está à parte. Não queremos Santa Teresa com uma redoma, isolada. Queremos que sejam compreendidas as limitações, as fraquezas e fragilidades de infra-estrutura do bairro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) - O senhor tem razão. A legislação, a matéria edilícia é competência exclusiva da Câmara. O senhor pode ter acompanhado pela imprensa que esta Casa de Leis, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro está dando exemplo ao Brasil como um Legislativo independente, que tem que lutar por quem o credenciou a estar aqui. Temos combatido de forma veemente esta atitude do Executivo de legislar sob decreto, principalmente no que tange a matéria edilícia. Você pode ter certeza de que a Câmara Municipal, começando o Plano Diretor, está olhando com muito carinho, com muito cuidado para essa situação, não só de Santa Teresa, mas de todos os bairros, em toda a região da Cidade em que está acontecendo essa exorbitação do Poder.

No mais, agradecemos a presença de todos, as autoridades aqui presentes, abrilhantando o nosso Seminário sobre o Plano Diretor da Cidade.

Está encerrado o Seminário.

(Encerra-se o Seminário às 16h45)

RELAÇÃO DOS PRESENTES

Fábio Jacques – Riotur, Ely Bispo – Riotur, Ruben Medina – Secretário Municipal de Turismo, Paulo Bastos – Sub. Sec. Municipal de Turismo, Beatriz Dianin – Superintendência de Orçamento da Prefeitura, Maria Helena Martins Coelho – Secretaria Municipal de Lazer, Walquiria Lima – Riotur, Dayse Nascimento – Riotur, Epaminondas Leocadio Macedo – Riotur, Josué Setta –

UERJ, Ricardo Ferreira – Sindicato Hotéis, Paulo Saad -Pres. Ass. Moradores de Santa Teresa, Robson Vianna – Riotur.